# Relatório da Administração - 2018

I. A DESENVOLVE SP A Desenvolve SP é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007. Consti-tuída como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, com autorização do Banco Central para

seu funcionamento Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 1 bilhão, a instituição iniciou suas atividades em 11 de março de 2009. Faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo e em abril de 2018 passou a ser vinculada à então Secretaria de Planejamento e Gestão¹.

Constitui o objeto social da Desenvolve SP a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São

Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. A Desenvolve SP foi concebida como um instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas

Portanto, cabe à Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, de acordo com as defini-ções de seu projeto estratégico e em sintonia com as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual. Sua atividade fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro

de desenvolvimento econômico para o estado de São Paulo. O seu papel é coordenar e implantar políticas

associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade das empresas MISSÃO: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

VISÃO: Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da eco-

VALORES: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade

Público-Alvo
Faz parte do escopo da Desenvolve SP apoiar prioritariamente as pequenas e médias empresas, com fatura-mento anual entre R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, atuantes nos diversos setores da economia paulista: indús-

tria, comércio, agronegócio e serviços.

Para empresas com faturamento de até R\$ 360 mil a Desenvolve SP atua por meio dos programas de governo e fundos de desenvolvimento. Para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a Desenvolve

SP atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros. As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público. **Objetivos Institucionais:** 

- Ser parceira estratégica do Governo Estadual em seus planos de desenvolvimento; - Fomentar a aplicação da inovação na economia paulista com vistas ao aumento da produtividade e petitividade de forma sustentável;

- Contribuir para a geração de emprego e renda; - Contribuir para a redução das diferenças regionais, no estado de São Paulo.

### II. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PRINCIPAIS DIRETRIZES

com o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, e reduzindo as diferenças regionais.

INOVAÇÃO: Fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustenta de la consensia a sulfativa de la consensia a consensi

AUTOSSUSTENTABILIDADE: Assegurar a autossustentabilidade de forma a ampliar e aprofundar o papel da instituição na economia paulista, gerindo seus ativos com transparência, ética e responsabilidade. **EXCELÊNCIA OPERACIONAL:** Buscar a excelência em seus processos operacionais, tecnológicos e humanos, visando ao aumento da produtividade e promovendo a cultura e integração.

RELAÇÃO COM O GOVERNO: Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo

## PLANO ESTRATÉGICO DE CURTO E LONGO PRAZO

Em consonância com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, foi elaborado o Plano Estratégico de Curto e Longo Prazo de 2018 a 2022 da Desenvolve SP, onde constam informações sobre a estratégia de atuação da instituição e seu plano de negócios. Na análise das forças, riscos e oportunidades, foi observado que o que era uma oportunidade, passou a sei

um ponto forte da Instituição: o apoio à inovação. Hoje, no mercado que fomenta esse setor, a Desenvolve SP já é reconhecida como uma referência. Para o ano de 2018, percebeu-se a oportunidade de investimentos no setor energético, especialmente no

âmbito de eficiência energética e de energias renováveis. Com isso, a Desenvolve SP ampliou sua atuação nessa área e está, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, estudando alternativas financeiras para apoiar projetos de energia limpa e renovável. Em abril de 2018, houve uma revisão do posicionamento da Instituição, onde ficaram estabelecidos os se-

guintes focos estratégicos: , l'Inovação; - Projetos de Investimento com ênfase em **Economia Verde** e **Eficiência Energética**;

## Setor Público

## III. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL A Desenvolve SP acredita que o crédito consciente pode transformar de forma positiva a economia paulista

gerando mais emprego e renda, e que com financiamentos de longo prazo é possível investir em tecnologia, novação e aumentar a eficiência e a sustentabilidade nos negócios, com respeito ao meio ambiente e pre-

Inovação e atmentar a enciencia e a sustenaminador nos negocios, com respento ao meio ambiente e pre-servando os recursos naturais. A instituição atua por meio das linhas de financiamento e, também, como administradora dos Fundos de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Além disso, oferece opções de garantias por meio dos Fundos Garantidores, apoia o crescimento das empresas paulistas, inclusive startups, via Fundos de Investimento em Garanticoles, qualo d'essumento das empresas padinistas, inclusivas variatorias, variatorias com órganos de classimiento em Participações (FIPs), e abrange todo o território paulista através das parcerias com órgãos de classe, entida des representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos. 1. LINHAS DE FINANCIAMENTO

A instituição oferece um amplo leque de opções de linhas de financiamento, com juros competitivos e prazos de pagamento que chegam a até dez anos, para ampliação e modernização da capacidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, entre outras, e linhas para o financiamento de obras que melhoram a infraestrutura dos municípios. 1.1 Setor Privado

No ano de 2018, a Desenvolve SP disponibilizou 24 linhas de financiamento para o setor privado, com destaque para três lançamentos: BNDES Giro - Saúde: Linha de capital de giro que conta com recursos originados de repasses do BNDES, e

visa apoiar Instituições de Saúde Estaduais portadoras de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fortalecendo a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

<u>Crédito Digital Gás</u>: O Crédito Digital Gás é uma modalidade de crédito rápido para financiar a adaptação

de estrutura e de equipamentos de pequenas empresas que desejam substituir o uso de botijões de gás li-quefeito de petróleo (GLP) pelo sistema de gás natural liquefeito (GNL) encanado. A iniciativa, inédita no país, tem como objetivo desburocratizar o acesso dos empreendedores paulistas ao financiamento para utilização de GNL.

<u>Linha Fungetur</u>: Linha de repasse do Ministério do Turismo voltada para apoio financeiro às empresas privadas do setor turístico localizadas nos municípios paulistas, em projetos e investimentos voltados à melhoria da infraestrutura turística e que possam contribuir para a melhoria dos serviços prestados, geração de renda e aumento de oferta de empregos diretos e indiretos com a dinamização do setor turístico

# 1.2 Setor Público

melhoria da qualidade de vida da população. A Desenvolve SP tem o compromisso de apoiar projetos mu-nicipais em infraestrutura, transporte, iluminação pública, entre outros.

Em 2018, a Desenvolve SP ofertou 11 linhas de financiamento para o setor público que oferecem juros baixos e prazos longos para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura da cidade, sem comprometer a saúde financeira do município. Em 2018, foram lancadas duas novas linhas para o Setor Público:

- <u>Linha Agua Limpa</u>; Lançada em abril de 2018, a linha visa implantar sistemas de tratamento de esgotos em municípios que despejam seus efluentes "in natura" nos córregos e rios locais. Seu objetivo é financiar a construção e revitalização de estações de tratamento de esgoto e água, bem como toda infraestrutura de coleta, afastamento e deslocamento. A linha conta com a equalização de juros pelo Governo do Estado. - <u>Linha de Apoio a Investimentos Municipais</u>: Lançada em maio de 2018, a linha visa atender a demandas dos municípios destinadas ao incremento da infraestrutura de atendimento ao público, bem como de administração do município nas diversas áreas de atuação, desde que tenha relação direta com as atividades públicas e haja ganhos para a população em geral e para a administração. 1.3 Programas de Governo O Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a Desenvolve SP, elabora programas para o desenvol-

vimento de regiões do estado e para setores da economia.
Atualmente, a Desenvolve SP participa do **Programa de Apoio Regional para o Vale do Ribeira**, para financiar empresas situadas naquela região; do **Programa São Paulo Inova**, com o objetivo de apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo, por meio de

empresas paulistas de base tecnologica e de permi movador em estagio inicial ou em processo, por meio de uma uma linha de financiamento (Linha Incentivo à Tecnologia) e do Fundo Inova Paulista; e do **Programa de Apoio ao Setor Avícola**, cujo objetivo é apoiar empresas do setor por meio de operações de crédito para capital de giro, com garantia dos créditos acumulados do ICMS.

A Desenvolve SP participa ainda do **Programa Juro Zero Empreendedor**, parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e o Sebrae-SP para oferecer crédito com juro zero para os microempreendedores individuais (MEI) paulistas que concluíram o programa Super MEI, do Sebrae-SP.

2 ELINDOS CAPANTORES

2. FUNDOS GARANTIDORES

# Como toda instituição financeira, para conceder financiamento, a Desenvolve SP exige garantias ao tomador

Ativo

Circulante

Disponibilidades

Títulos e valores mobiliários e

(Provisão para outros créditos)

Outras imobilizações de uso

(Depreciações acumuladas)

Outros ativos intangíveis

ção acumulada)

Permanente

Imobilizado de uso

Imóveis de uso

Total do ativo

do crédito. No entanto, muitas vezes, os pequenos e médios empresários não possuem garantias suficientes, como imóveis, veículos, recebíveis, entre outras. Nesses casos, a Desenvolve SP oferece três fundos garantidores que podem suprir a insuficiência das garantias exigidas, viabilizando a contratação: Fundo de Aval (FDA), Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), e Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) Desde o início de suas operações até 31 de dezembro de 2018, os fundos garantidores já foram utilizados em 18.784 operações na Desenvolve SP. 3. FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

# A Desenvolve SP administra, além do Fundo de Aval (FDA), oito fundos com patrimônio total de R\$ 801.8

A Deservoive SF administră, aleif do Pundo de Avai (PDA), cito filos colin partinionio due R3 ocționilos con milhões. São eles: Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet); Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR); Fundo Estadual de Desenvolvimento Social (FIDES); Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social (FIDES); Fundo Estadual de Incentivo Actual (FIDES); Fundo Estadual (FIDE vimento Econômico (FIDEC); Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (FE-PRAC); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social Pontal de Paranapanema (FUNDESPAR); Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (BANCO DO POVO PAULISTA - BPP). Em 2018, a Desenvolve SP passou a administrar o Banco do Povo Paulista, que tem como objetivo criar al-

ternativas de crédito popular para geração de emprego e renda, por meio da aplicação de recursos em micro empreendimentos e micro e pequenas empresas.

Em 2018, o Banco do Povo desembolsou R\$ 161,7 milhões, atendendo a 20.623 micro e pequenos empreendedores em 464 cidades

# 4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES A Desenvolve SP investe, hoje, em cinco fundos de investimento: o Fundo Inovação Paulista; o Fundo Aero-espacial; o Fundo Performa Investimentos SC-I; o Fundo CRP Empreendedor; e o Fundo BBI Financial I.

Até dezembro de 2018, o capital investido pela Desenvolve SP nos fundos de investimento foi de R\$ 45 milhões. No total, 48 empresas foram investidas, das quais 38 estão localizadas no estado de São Paulo. Por meio do modelo de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial,

fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, a Desenvolve SP consegue alcançar todo o

<sup>1</sup> De janeiro a abril de 2018 a Desenvolve SP esteve vinculada à Secretaria da Fazenda, conforme Decreto Estadual N. 52.142, de 06/09/2007. En 20 de abril de 2018, o Decreto Estadual nº 63.365 transfere sua vinculação para a então Secretaria de Planejamento e Gestão. Em 1º de janeiro de 2019, o Decreto nº 64.059 vincula a Desenvolve SP à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos (Abimo), Sindicato Indústria Fiação Tecelagem Estado São Paulo (Sinditêxtil), Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), entre outras.

### IV. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança da Desenvolve SP proporciona a tomada de decisão sempre de forma colegiada e por alçadas, reforçando a transparência e a responsabilidade corporativa da institucião. Constituída na forma de sociedade anônima, a Desenvolve SP possui dois acionistas: a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,998% das ações e a Companhia Paulista de Parcerias, que possui 0,002% das ações.

1.1 Transparência e prestação de contas

No site da Desenvolve SP, na página denominada "Transparência", são divulgadas as informações de inte-resse público relacionadas à atuação da instituição, como informações referentes às deliberações dos órgãos colegiados, execução orçamentária e financeira, quadro de pessoal, folha de pagamento, licitações, contra-

tos e informações referentes aos processos internos e externos da Desenvolve SP.

Há, também, no site institucional, página dedicada à Governança Corporativa, onde estão disponíveis informações sobre a administração da Desenvolve SP, órgãos colegiados e seus regulamentos, planejamento estratégico e suas diretrizes, políticas corporativas, informações sobre gestão de riscos, sustentabilidade e es-1.2. Ouvidoria e Canal do Colaborador Em 2018, a Ouvidoria registrou 37 manifestações, sendo 21 reclamações, das quais 15 foram classificadas

como improcedentes² e 6 classificadas como procedentes solucionadas, 5 pedidos de informações e/ou es-clarecimentos, 6 elogios, 2 sugestões, 2 críticas e 1 denúncia, com todas as reclamações respondidas no prazo exigido pela Resolução do Banco Central do Brasil (Bacen) nº 4.433, de 23 de julho de 2015. Em complemento, a Desenvolve SP conta com um canal de comunicação interno, denominado "Canal do

### Colaborador", responsável por receber e dar atendimento às manifestações de seus colaboradores, relacioadas ao escopo de atuação da instituição.

# A estrutura de Governança Corporativa da instituição é composta pelos seguintes órgãos colegiados:

*Conselho de Administraç*ão: Órgão de decisão superior da instituição responsável por sua orientação estra-tégica e por monitorar o desempenho e os riscos, orientando a tomada de decisões estratégicas da institui-. Diretoria Colegiada: Em conjunto com o Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada exerce a admi-

nistração geral da instituição, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados. Em 2018, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Desenvolve SP, que redefiniu as Diretorias, além da Presidência, com novas nomenclaturas e atribuições, com o propósito de melhor integrar e otimizar os processos da instituição. Cada Diretoria, com objetivos específicos, busca a modernização e a excelência de suas atividades, tendo como principais atribuições: - Diretoria Financeira e de Crédito: assuntos de ordem financeira, contábil, controladoria e de crédito

 Diretoria de Negócios e Fomento: operacionalização e comercialização dos produtos da Companhia, tanto para o setor público como o setor privado. - Diretoria Administrativa, de Projetos e Processos: planejamento e gestão administrativa, tecnologia da informação e desenvolvimento de projetos e processos.

2. AUDITORIA INTERNA A Gerência de Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada

a tecnicamente pelo Comité de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a Desenvolve SP encerrou o ano de 2018 com 150 empregados ativos, além de quatro Diretores, 08 estagiários e 53 empregados terceirizados, totalizando uma força de trabalho de 215 colaboradores. V. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Desenvolve SP tem consciência de que um bom resultado financeiro e operacional só resultará em ganhos realmente positivos para a sociedade se estiver alinhado aos conceitos de sustentabilidade.

Para ser sustentável, as instituições devem adotar atitudes éticas, práticas que visem seu crescimento econô-mico sem agredir o meio ambiente e também colaborar para o desenvolvimento da sociedade. A Desenvol-ve SP procura realizar suas atividades pautada nos princípios da sustentabilidade sempe alinhada aos nor-mativos do Conselho Monetário Nacional sobre o assunto e a legislação ambiental do Estado de São Paulo. 1. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA, ÉTICA, INTEGRIDADE E SUSTENTABILIDADE A Desenvolve SP orienta as ações de seus colaboradores por meio do Código de Conduta e Integridade, aprovado em 2018, elaborado a partir da junção do Código de Ética e Conduta e do Programa de Integridade e Anticorrupção da Desenvolve SP, e da Política de Responsabilidade Socioambiental.

1.1 Código de Conduta e Integridade
Os colaboradores da Desenvolve SP, no relacionamento interno, externo e com os diversos setores da sociedade, devem ter suas condutas baseadas nas regras estabelecidas no Código de Conduta e Integridade da instituição<sup>3</sup>, bem como, no que couber, no Código de Ética da Administração Pública do Estado de São

Paulo. O Código de Conduta e Integridade, também, define diretrizes e cria procedimentos de prevenção e combate à corrupção, a fim de garantir elevados padrões de integridade, legalidade e transparência na condução de negócios.

A Desenvolve SP tem um compromisso contínuo com a ética e o desenvolvimento econômico, promovendo a melhoria da qualidade de vida como um todo, com a adoção de políticas, práticas e procedimentos em benefício da sociedade e do meio ambiente. Em 2018, em consonância com os objetivos da Desenvolve SP em promover o desenvolvimento sustentável. com menos danos ao meio ambiente e mais igualdade social, foram realizadas, dentre tantas outras, as se-

Segurança do Trabalho

A Desenvolve SP zela pela saúde e segurança de seus colaboradores, observando e cumprindo rigorosamen-te a legislação aplicável, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, a Desenvolve SP, na qualidade de sociedade de economia mista e que possui empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), está obrigada, pela Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5). do Ministério do Trabalho e Emprego, a organizar e manter em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). A Desenvolve SP também realiza a gestão de riscos ambientais e da saúde laboral dos colaboradores. Em

2018, foram realizadas campanhas de exames médicos periódicos, de vacinação contra gripe e elaborados laudos e medições de saúde e segurança no ambiente de trabalho. A Desenvolve SP realiza, periodicamente, o Programa de Voluntariado que tem como objetivo conscientizar

e estimular a doação voluntária e regular de sangue e o cadastramento para a doação de medula óssea. A campanha de vacinação de 2018 contou com a participação de 23 voluntários. A Desenvolve SP também participa da Campanha do Agasalho, que em 2018 arrecadou 117 peças de roupa

entregues ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. Além disso, a Instituição realizou, também, doação de mobiliários ao Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fussesp), que atua principalmente na realização de programas e ações que visam o resgate da autoestima e da dignidade humana por meio da qualificação profissional.

3. DOAÇÕES E PATROCÍNIOS COM INCENTIVO FISCAL

# Pautada pelo princípio de ser uma empresa socialmente responsável, a Desenvolve SP apoiou, por meio de incentivo fiscal, projetos que têm como contrapartida ganhos positivos para a sociedade. Ao todo, foram R\$ 164 mil destinados a sete projetos, para captação de recursos com incentivo fiscal no âmbito de programas e legislações como Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Idoso, PRONAS/PcD,

Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), Lei de Incentivo ao Esporte e Lei Rouanet. 4. GESTÃO AMBIENTAL O trabalho de educação e conscientização sobre o consumo racional de recursos naturais é constante na Desenvolve SP. Comunicados direcionados aos colaboradores, enviados por e-mail, e fixados nos murais dos

andares e elevadores, orientam a todos sobre como evitar o desperdício e quanto à correta utilização desses recursos. Também é realizado um trabalho de orientação junto aos terceirizados quanto à correta utilização da água para fins de manutenção do prédio. Em 2018, foram implantadas ações para economia dos recursos naturais. Para redução do consumo de energia elétrica, foi efetuada a segunda fase de troca das lâmpadas fluorescentes e incandescentes por *led*, o que ocasionou uma economia de 7% em relação ao mesmo período de 2017. Também foi feito um trabalho de conscientização com a equipe da copa, o que gerou uma economia de 30% no consumo de gás

em relação ao mesmo período de 2017 VI. APOIO À INOVAÇÃO A Desenvolve SP acredita que o apoio à inovação é a grande oportunidade para o aumento da produtivida-

# de e o caminho para alayancar o crescimento econômico. Para tanto, desde 2013 tem concentrado esforcos para fomentar iniciativas e projetos inovadores visando ao estímulo da competitividade e sustentabilidade

Para dar continuidade a esse trabalho, que hoje já é uma referência em investimento à inovação, a Diretoria estabeleceu a Inovação como um dos focos estratégicos da Instituição. Em 2018, os desembolsos para inovação continuaram crescendo somando R\$ 52,8 milhões, um crescimento

representam 98,7% do financiamento à inovação. Além do desempenho operacional, é importante destacar a atuação da Desenvolve SP em feiras e eventos que promovem a inovação, e que levam ao conhecimento do empreendedor as formas de financiamento à Em 2018, a Desenvolve SP participou de 14 eventos voltados à inovação em que participaram cerca de 500

VII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

## 1. CONJUNTURA ECONÔMICA O ano de 2018 foi marcado por incertezas políticas que novamente acabaram impactando o desempenho

# da economia do país. Além disso, a eclosão da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre certamente afetou de forma negativa o ritmo de retomada da atividade econômica. Para 2018, o Banco Central prevê um crescimento de 1,3%, aproximando-se do modesto crescimento

apresentado em 2017, de 1.0%, e bem abaixo do esperado pelos economistas no início do ano. Ainda assim, a evolução dos indicadores de atividade segue evidenciando continuidade do processo de recuperação o consenso entre economistas e analistas é de que a questão fiscal, em particular, continua sendo o nó que aprisiona a economia brasileira na atual armadilha de baixo crescimento e o principal desafio de política

econômica a ser enfrentado nos próximos anos. Apesar dos picos inflacionários decorrentes da greve dos caminhoneiros e dos preços administrados, o índice de inflação oficial encerrou o ano em 3,75%, abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central. Com isso, o Conselho de Política Monetária teve espaço para reduzir ainda mais as taxas de juros para 6,5% no primeiro trimestre de 2018, menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, e assim as manteve ao longo do ano.

O mercado de trabalho, em linha com a evolução da atividade econômica, persiste em uma trajetória de recuperação gradual. Em 2018, a taxa média de desocupação foi de 12,3%, ante 12,7% em 2017. De acor-do com o IBGE, responsável pelo cálculo do índice, a queda do desemprego continua sendo puxada pelo crescimento do trabalho informal ou por conta própria.

De acordo com o Relatório de Inflação publicado pelo Banco Central de dezembro de 2018, a continuidade da recuperação da atividade econômica tende a favorecer o processo de retomada do mercado de trabalho Îlmprocedente: reclamação que, após análise, não há contratação de descumprimento, por parte da Desenvolve SP, do Código de Defesa do Consumidor, de legislações e normativos de órgãos reguladores ou de cláusula contratual firmada entre o cliente e a instituição.
³ http://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/codigo\_etica

**BALANÇOS PATRIMONIAIS** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

31.12.2018

244.977

44.178

31.12.2017

### 31.12.2018 31.12.2017 Passivo 417.037

160

35,192

31.816

31.761

(1.632)

3.376

5.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1.624.505

Reservas de lucros

Total do passivo

(16)

34.366

31.230

31.761

(2.247)

3.136

5.144

1.820.097

instrumentos financeiros derivativos 205.572 72.074 Operações de crédito 297.788 Setor público 91.830 89.237 238.931 21.469 19.493 646 1.333 (3) 44.915 1.215.984

Setor privado 211.451 (Provisão para operações de crédito) **Outros créditos** 21.254 20.670 Rendas a receber 340 244 (Provisão para outros créditos) Outros valores e bens 43.463 Bens não de uso próprio 43.472 (Provisão para desvalorização) (39) Despesas antecipadas Não circulante 1.172.276 Títulos e valores mobiliários e 311.189 335.603 instrumentos financeiros derivativos Carteira própria 312.325 337.904 Operações de crédito 872.377 815.046 172.231 785.512 Setor privado 687.695 (75.080 (44.880) (Provisão para operações de crédito) Outros créditos 32.418 Créditos tributários 32.274 21.627

Depósitos 66 Obrigações por repass Instituições oficiais 139.118 107.884 70.260 15.997 FINAME 26.499 Outras Instituições Oficiais 19.002 11.125 Outras obrigações 105.792 58.235 Cobrança e arrecadação de tributos 267 Obrigações sociais e estatutárias 29.438 Obrigações fiscais e previdenciárias 2.973 4.497 Recursos para destinação específica 65.396 24 942 Diversos 7.943 7.562 Não circulante 514.907 398.157 Obrigações por repasses do País 392.331 473.158 Instituições oficiais BNDES 310.914 245.253 FINAME FINEP 118.400 79.849 Outras obrigações Obrigações fiscais e previdenciárias 41.749 5.826 1.056 157 Recursos para destinação específica 40.146 5.090 Patrimônio líquido 1.060.213 1.060.163 1.000.000 Ações ordinárias - País 1.016.035 1.000.000

território do estado viabilizando o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas paulistas.

Em 2018, foram formalizadas 10 parcerias, entre novas e renovações, como com a Associação Brasileira da de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego. Destague-se, entretanto, que a retomada da economia tem se traduzido em redução gra-

dual dessa ociosidade Com relação ao mercado de crédito, depois de dois anos de quedas nominais, o saldo da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) voltou a apresentar em 2018 um crescimento real. Impulsionado pelo

afrouxamento monetário que se transmitiu para as taxas de juros bancárias mais baixas, o saldo da carteira de crédito cresceu 5,5% em termos nominais.

Para 2019, o Banco Central projeta um crescimento para o saldo de crédito do SFN de 6,0%. Para pessoas jurídicas, projeta-se uma expansão de 5,0%, influenciada, entre outros fatores, pela continuidade do pro-

cesso de captação de recursos por parte das empresas nos mercados externos e de capitais em substituição aos recursos do SFN. 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

## 3.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 3.161,2 milhões, com um total de 4.623 operações para 2.647 empresas e prefeituras distribuídas em 342 municípios. No ano de 2018, os desembolsos somaram R\$ 457,1 milhões, o segundo maior valor anual desde sua fundação, e um crescimento de 29,6% em relação a 2017, que somou R\$ 352,7 milhões. Dos desembolsos realizados em 2018, 47,2% foram com recursos próprios e 52,8% com recursos de terceiros, que atende-ram 813 empresas e prefeituras de 206 cidades. A Desenvolve SP entende que um projeto de investimento é peça fundamental para empresas que desejam

crescer com sustentabilidade econômica e por isso prioriza, desde 2010, esse tipo de financiamento. Em 2018, os desembolsos voltados para projetos de investimentos correspondem a 49,0% do total. Os desembolsos voltados para financiamento de capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos correspondem a 42,2% e 8,8%, respectivamente.

Cabe destacar que dos pedidos de financiamento para capital de giro, 32,8% foram destinados ao Programa de Governo de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), representando 13,9% do total desembolsado em 2018. Outro destaque foi o Crédito Digital, que somou 546 operações, 68,4% do total no ano, e totalizou R\$ 60,8 milhões, 13,3% do total desembolsado em 2018.

Para o setor da Indústria foram desembolsados, em 2018, um total de R\$ 166,5 milhões, que corresponde a 36,4% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor de serviços com 30,9%, setor público com 16,0%, setor de comércio com 15,6%, e setor do agronegócio com 1,1%.

Em linha com as diretrizes definidas pelo Planejamento Estratégico, destacam-se nos desembolsos ao setor privado os realizados a projetos inovadores, que somam R\$ 52,8 milhões, um crescimento de 8,6% em relação a 2017. Em 2018, a linha com repasse da Finep, Inovacred, totalizou R\$ 52,1 milhões em desembolso para 64 empresas.

As micro e pequenas empresas representam 50,4% do desembolso acumulado para inovação, em conso-nância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas do estado de São Paulo. Em relação aos projetos de eficiência energética e/ou de energia renováveis, outro foco estratégico adotado

pela Desenvolve SP, foram desembolsados em 2018 R\$ 22,4 milhões para 18 projetos do setor p Além disso, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP está estudando alternati-

vas financeiras para apoiar projetos de energia limpa e renovável, como por exemplo, a energia fotovoltaica, energia elétrica produzida a partir de luz solar.

Destacam-se também os desembolsos para micros, pequenas e médias empresas (MPMEs) com um total de

R\$ 292,5 milhões, 76,1% do total do setor privado em 2018.

Setor Público O financiamento ao Setor Público, um dos focos estratégicos estabelecidos para a Instituição em 2018, atingiu a marca de R\$ 560,7 milhões em desembolso acumulado. No ano, foram desembolsados R\$ 72,8 milhões, que correspondem ao segundo maior valor da série histórica e um crescimento de 120,8% em

relação a 2017; com isso, 46 novas cidades foram beneficiadas com os recursos das linhas de financiamento Além disso, em 2018, a Instituição bateu o recorde em quantidade de operações para o Setor Público aprovadas na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram analisadas 142 operações, que somam R\$ 299.5 mi lhões. Para efeito de comparação, em 2017 foram analisadas 21 operações. Em 2014, o melhor ano da base Para atender ao aumento da demanda por parte dos municípios, em maio de 2018 o Conselho de Adminis-

tração aprovou o aumento do Destaque de Capital para R\$ 550 milhões para o Setor Público. Desde o início das operações com o setor público, 120 municípios paulistas já foram beneficiados com financiamentos a projetos de infraestrutura, pavimentação urbana, projetos sustentáveis que proporcionem redução na emissão de gás carbônico e reduzam o impacto ambiental nas atividades da administração pública, entre outros. Em 2018, a Linha Via SP, destinada a projetos para execução de obras de pavimentação urbana, recape e pavimentação de vicinais, foi a que apresentou maior representatividade com um total de R\$ 43,1 milhões,

representando 59,1% dos desembolsos para o setor público, atendendo dezesseis municípios.

A Linha Frota Nova, que tem por objetivo o aumento da capacidade de prestação de serviços junto à popu-lação, totalizou, em 2018, R\$ 13,3 milhões em desembolsos, representando 18,3% do total para o setor, atendendo 44 municípios. 3.2 Saldo das Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 1.278,2 milhões, em 31 de dezembro de 2018, um crescimento de 10,1% se comparado com 2017.
Segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), o mercado de crédito para pessoa jurídica com recursos

livres cresceu 11,2% no mesmo período. As operações de financiamento para projetos de investimento são as de maior representatividade, com 75,3% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção

do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo. As operações de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos representaram 10,4%, e, para capital de giro, 14,3% do total da carteira. Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 25,88% de operações com vencimento de até 360 dias e 74,12% acima de 360 dias. Vale destacar que 86,84% da carteira está

classificada entre os *rating's "*AA" e "C". O Índice de Inadimplência⁴ fechou 2018 em 5,33%.

## 3. DESEMPENHO FINANCEIRO Desenvolve SP registrou em 2018 um lucro líquido de R\$ 14,7 milhões. Com Patrimônio Líquido de

sultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 63,8 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 50,1 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 13,7 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.820 milhões, em 31 de dezembro de 2018, composto por 64,3% de operações de crédito (52,7% de recursos próprios e 47,3% com recursos de terceiros), 28,4% de títulos e valores nobiliários e 7,3% de outros ativos VIII. DESTAQUES A partir de janeiro de 2018, a Desenvolve SP começou a administrar o Fundo de Investimento de Cré-

R\$ 1.060 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 2018, foi de 1,38%. O re-

dito Produtivo de São Paulo, Banco do Povo Paulista (BPP). Com isso, a Instituição passa a incluir a

nicroempresas em seu público alvo ampliando assim seu campo de atuação ao trabalhar com microcrédito. Foi lançada em 2018 a **Linha Fungetur**, que conta com repasses do Ministério do Turismo, tem por objetivo o apoio financeiro às empresas privadas do setor turístico localizadas nos municípios paulistas, em projetos e investimentos voltados à melhoria da infraestrutura turística e que possam contribuir para a mehoria dos serviços prestados, geração de renda e aumento de oferta de empregos diretos e indiretos dinamização do setor turístico nos municípios do estado de São Paulo. - Em março de 2018, foi lançada a segunda temporada da websérie "**Caminhos da Inovação**", com três

pisódios inéditos. São cases sobre empreendedores visionários que contaram com o apoio da Desenvolve P para transformar ideias inovadoras em negócios de sucesso. A Desenvolve SP lançou, em julho de 2018, o **Crédito Digital Gás**, modalidade de crédito rápido para

financiar a adaptação de estrutura e de equipamentos de pequenas empresas que desejam substituir o uso de botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP) pelo sistema de gás natural liquefeito (GNL) encanado. A iniciativa, inédita no país, tem como objetivo desburocratizar o acesso dos empreendedores paulistas ao financiamento para utilização de GNL

nanciamento para utilização de GNL.

– Em agosto de 2018, a Desenvolve SP atingiu a marca de **R\$ 3 bilhões em desembolsos acumulados**.

– Em 2018 a Instituição bateu o **recorde em quantidade de operações para o Setor Público** aprovadas na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No ano, foram analisadas 142 operações, que somam **R\$ 299,5** milhões. Para efeito de comparação, em 2017 foram analisadas 21 operações. Em 2014, até então o melhor

## ÁLVARO SEDLACEK JOAQUIM ELÓI CIRNE DE TOLEDO

PEDRO LEITÃO MAGYAR Diretor Administrativo, de Projetos e Processos **EDUARDO TADEU SAGGIORATO** CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Tomás Bruginski de Paula - *Presidente do Conselho* Alberto Pereira Gomes Amorim Alencar Severino da Costa Álvaro Sedlacel Francisco Vidal Luna Jairo Klepacz Lídia Goldenstein Marcos Akamine Wolff Roberto Brás Matos Macedo

# **DIRETORIA COLEGIADA**

Álvaro Sedlacek - Diretor Presidente Eduardo Tadeu Saggiorato - Diretor de Negócios e Fomento Joaquim Elói Cirne de Toledo - Diretor Financeiro e de Crédito Pedro Leitão Magyar - Diretor Administrativo, de Projetos e Processos CONSELHO FISCAL

## Isadora Chansky Cohen João Alberto Rodrigues dos Santos Kelly Lopes Lemes Nanci Cortazzo Mendes Galuzio Rubens Peruzin

Edmilson Bezerra Campos de Souza - Suplente Fábio Moraes da Silva - Suplente Fernanda Montenegro de Menezes Rizek - Suplente Marcio Oliveira Martins de Barros - Suplente Nelson Okamura - Suplente COMITÊ DE AUDITORIA Francisco Vidal Luna - *Presidente* Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

### Jerônimo Antunes COMITÊ DE REMUNERAÇÃO Francisco Vidal Luna - Presidente Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

Jerônimo Antunes · Índice de Inadimplência: montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da

carteira de crédito

Lucro líquido

Lucro por ação (R\$)

Participações estatutárias no lucro

Juros sobre capital próprio

60.163

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS** Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais).

2017

43.894

13.762

28.068

(1.626) (1.632) (3.027)

13.425 14.736 46.722

(28.197) (29.442) (27.131)

0.01343 0.01474 0.04672

### 2° semestre de 2018 Nota 2018 Receitas da intermediação financeira 88.239 166.335 171.532 74.477 138.267 127.638 Operações de crédito

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Despesas da intermediação financeira		(54.556)	(102.519)	(55.014)
Operações de empréstimos e repasses		(20.885)	(38.537)	(31.657)
Provisão para operações de crédito	6	(33.671)	(63.982)	(23.357)
Resultado bruto da intermediação financeira		33.683	63.816	116.518
Outras receitas/despesas operacionais		(25.421)	(50.123)	(50.270)
Receitas de prestação de serviços	11	3.803	6.686	3.527
Rendas de tarifas bancárias		3.205	5.832	4.476
Despesas de pessoal	11	(18.858)	(36.989)	(35.660)
Outras despesas administrativas	11	(8.651)	(17.603)	(16.407)
Despesas tributárias	11	(5.687)	(8.743)	(6.622)
Outras receitas operacionais	11	902	1.542	940
Outras despesas operacionais		(135)	(848)	(524)
Resultado operacional		8.262	13.693	66.248
Resultado não operacional		11	(166)	78
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		8.273	13.527	66.326
Imposto de renda e contribuição social		6.778	2.841	(16.577)
Provisão para imposto de renda	12	1.932	(3.676)	(4.080)
Provisão para contribuição social	12	1.491	(2.952)	(3.400)
Ativo fiscal diferido	12	3.355	9.469	(9.097)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

10



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)										
		Reserva	s de lucros							
Capital	Aumento		Especial	Lucros		-				
realizado	de capital	Legal	de lucro	acumulados	Total					
1.000.000		12.890	41.372	_	1.054.262	Fl				
_	_	_	_	46.722	46.722	L				
-	-	2.336	17.255	(19.591)	_	-				
-	-	_	(13.690)	-	(13.690)					
-	-	_	_	(27.131)	(27.131)					
1.000.000	_	15.226	44.937	_	1.060.163					
_		2.336	3.565		5.901					
1.000.000	_	15.226	44.937	-	1.060.163					
16.035	-	-	_	-	16.035	L				
_	_	_	(15.443)	_	(15.443)	\				
-	-	-	(1.279)	-	(1.279)					
-	_	_	_	14.736	14.736					
-	_	737	_	(737)	_					
-	-	-	-	(13.999)	(13.999)					
1.016.035	-	15.963	28.215	-	1.060.213					
16.035			(16.722)		50					
		15.292	43.658	-	1.074.985					
16.035	(16.035)	-	-	-	_					
-	-	-	(15.443)	-		FI				
-		-	-	13.425	13.425					
-		671	-		_					
-		-	-	(12.754)		Fl				
1.016.035	-	15.963	28.215	-	1.060.213					
16.035	(16.035)	671	(15.443)		(14.772)					
	Capital realizado 1.000.000	Capital realizado de capital 1.000.000 1.000.000 1.000.000 1.000.000	Capital realizado         Aumento de capital         Legal           1.000.000         -         12.890           -         -         -           -         -         -           -         -         -           1.000.000         -         15.226           1.000.000         -         15.226           16.035         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         -           -         -         - <td>Capital realizado         Aumento de capital         Reservas de lucros         Especial de lucro           1.000.000         -         12.890         41.372           -         -         -         -           -         -         -         -           -         -         -         -           -         -         -         -           1.000.000         -         15.226         44.937           16.035         -         -         -           -         -         -         (15.443)           -         -         -         (1.279)           -         -         -         -           1.016.035         -         -         -           16.035         -         737         -           -         -         737         (16.722)           1.000.000         16.035         15.292         43.658           16.035         -         -         -           -         -         -         -           -         -         -         -           10.000.000         16.035         15.292         43.658           16.035         <t< td=""><td>Capital realizado         Aumento de capital         Especial Legal de lucro de lucros de lucros de lucros acumulados           1.000.000         -         12.890         41.372         -           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         -         46.722           -</td><td>Capital realizado         Aumento de capital         Especial Legal         Especial de lucro         Lucros acumulados         Total           1.000.000         -         12.890         41.372         -         1.054.262           -         -         -         -         46.722         46.722           -         -         -         -         46.722         46.722           -         -         -         (13.690)         -         (13.690)           -         -         -         (27.131)         (27.131)         (27.131)           1.000.000         -         15.226         44.937         -         1.060.163           16.035         -         -         2.336         3.565         -         5.901           1.000.000         -         15.226         44.937         -         1.060.163           16.035         -         -         -         -         5.901           1.000.000         -         15.226         44.937         -         10.60.163           16.035         -         -         -         -         10.60.43           -         -         -         -         -         -         10.60.43</td></t<></td>	Capital realizado         Aumento de capital         Reservas de lucros         Especial de lucro           1.000.000         -         12.890         41.372           -         -         -         -           -         -         -         -           -         -         -         -           -         -         -         -           1.000.000         -         15.226         44.937           16.035         -         -         -           -         -         -         (15.443)           -         -         -         (1.279)           -         -         -         -           1.016.035         -         -         -           16.035         -         737         -           -         -         737         (16.722)           1.000.000         16.035         15.292         43.658           16.035         -         -         -           -         -         -         -           -         -         -         -           10.000.000         16.035         15.292         43.658           16.035 <t< td=""><td>Capital realizado         Aumento de capital         Especial Legal de lucro de lucros de lucros de lucros acumulados           1.000.000         -         12.890         41.372         -           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         -         46.722           -</td><td>Capital realizado         Aumento de capital         Especial Legal         Especial de lucro         Lucros acumulados         Total           1.000.000         -         12.890         41.372         -         1.054.262           -         -         -         -         46.722         46.722           -         -         -         -         46.722         46.722           -         -         -         (13.690)         -         (13.690)           -         -         -         (27.131)         (27.131)         (27.131)           1.000.000         -         15.226         44.937         -         1.060.163           16.035         -         -         2.336         3.565         -         5.901           1.000.000         -         15.226         44.937         -         1.060.163           16.035         -         -         -         -         5.901           1.000.000         -         15.226         44.937         -         10.60.163           16.035         -         -         -         -         10.60.43           -         -         -         -         -         -         10.60.43</td></t<>	Capital realizado         Aumento de capital         Especial Legal de lucro de lucros de lucros de lucros acumulados           1.000.000         -         12.890         41.372         -           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         46.722           -         -         -         -         -         46.722           -	Capital realizado         Aumento de capital         Especial Legal         Especial de lucro         Lucros acumulados         Total           1.000.000         -         12.890         41.372         -         1.054.262           -         -         -         -         46.722         46.722           -         -         -         -         46.722         46.722           -         -         -         (13.690)         -         (13.690)           -         -         -         (27.131)         (27.131)         (27.131)           1.000.000         -         15.226         44.937         -         1.060.163           16.035         -         -         2.336         3.565         -         5.901           1.000.000         -         15.226         44.937         -         1.060.163           16.035         -         -         -         -         5.901           1.000.000         -         15.226         44.937         -         10.60.163           16.035         -         -         -         -         10.60.43           -         -         -         -         -         -         10.60.43				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

### 1 - Contexto operacional A Desenvolve SP - Agência o Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art.

da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Data da Divulgação

7/10/10

7/10/10 7/10/10

16/12/10

16/09/09

16/09/09

13/12/12

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

im compostas:

Subscrito

25.000

10.000

10.000

15.000 6.441

62.000 44.658

h) Demais ativos e passivos Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurí-

dicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

205.572

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumen-

b) Cotas de fundos de investimento em participações
 Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas

9.400

Curto Longo

**prazo prazo** 166.932 705.333

**253.775** 253.691

1.024.443

611.977

273.895

126.719

10.096

1.756

1.278.218

15.842

57

62

461

1.484

2.682

143

393

38.920

Operações em Curso Norma

6.640

131

392

784

31

24.269

as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, em Á Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulga-ção de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às

disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional

( Civin ). Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, quais sejam:

IASB

IAS 24

IFRS 2

**IAS 10** 

IAS 37

31.12.2018

2.053

311.189

31.12.2018

17.174

7.307

60.971

Curto prazo Longo prazo

Framework IAS 36

Apresentação das Demonstrações Contábeis

4 - Caixa e equivalentes de caixa

Total de Caixa e Equivalentes de Caixa

Cotas de Fundo de Renda Fixa

a) Composição da carteira

Letras Financeiras do Tesouro - LF1

Cotas de Fundos Garantidores de Operações de Crédito

-) Provisões para Desvalorizações

2018 e 2017, estavam ass

Inovação Paulista (FIP)

CRP Empreendedor (FIP)

Performa Investimentos SC - I (FIP)

Financiamento de Infraestrutura e

Total da Carteira de Crédito são para Crédito de Liquidaçã

Total da Carteira de Crédito Líquido

b) Receitas de operações de crédito

Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento

Recuperação de créditos baixados como prejuízo

c) Carteira por setor de atividade econômica

25.226

481

481

1.307

2.269

1.017

6 - Operações de crédito a) Carteira por modalidade

BBI Financial I (FIP)

Aeroespacial (FIP)

Desenvolvimento

**Empréstimos** 

de Provisões

Administração Direta

**Setor Privado** 

Outros servicos

Pessoas Físicas

Comércio

Rural

43.083

831

728

725

2.319

4.519

279

Atividades Empresariais

5.130

136

136

388

735

24

7 - Imobilizado de Uso e Intangível

a) Imobilizado de Uso

Total em 31/12/2018

Total em 31/12/2017

Total

Total

<u>Fundo</u>

Total

Cotas de Fundos de Renda Fixa Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A

instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamen-to do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009. Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de

Pronunciamento Técnico Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

i. Fundos governamentais;ii. Orçamento estadual;

Demonstração dos Fluxos de Caixa Divulgação sobre Partes Relacionadas CPC 05 (R1) CPC 10 (R1) CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Evento Subsequente CPC 24 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 25 CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados Com exceção dos pronunciamentos Pagamento Baseado em Ações e Benefícios a Empregados, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Contábeis da Instituição, na data da entrada em vigor dos referidos pronunciamentos. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provinciamentos de la contrata de la cont

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

sões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de lodas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milnar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 22 de fevereiro de 2019, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

3 - Perincipais práticas contábeis

a) Receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita

somente na data do seu recebimento.

CPC 00 (R1) CPC 01 (R1)

efetiva, somente na data do seu recebimento.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliàrios de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Títulos e valores mobiliários Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisi-ção, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

peio valor da cota divulgada pelo Administrador.
As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.
d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito de obrigações por repasses.

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse
As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso. d2. Provisão para perdas em operações de crédito A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - He os percentuais mínimos seperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de credito das opera-ções é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julga-mentos. A valamente as classificações das operações de rédito de clientes adimpletes são revisados.

mentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito de clientes adimplentes são revisadas. A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses, vencidas há mais de 120 dias e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

9) Outros Valores e Rens

e) Outros Valores e Bens Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem na data de seu registro, e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em exercícios futuros.

f) Ativo permanente
O ativo permanente
O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizaçõe A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 7. Terrenos não são depreciados. A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do ba-

lanço ou quando aplicáveis. g) Tributos
Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir

Tributo Alíquota Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (20%) 20% Programa de Integração Social - PIS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS 0,65% Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN Até 5% A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano. Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do

etetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Com o advento da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 12 b.

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

9.344

8.844

38.588

59.318

530.123

620

6.477

6.472

19.345

38.093

185.293

3.684

3.814

11.635

23.755

1.453

186.746

2° Semestre/2018 31.12.2018 31.12.2017

8.650

157.534

2.721

2.249

2.268

7.036

14.982

277

128.278

157.811

<u>AA</u> 235.349 529.503 **Parcelas Vincendas** 10.535 7.246

31 a 60

61 a 90

91 a 180

181 a 360 Acima de 360

Acima de 360

g) Informações complementares

Recuperação de créditos baixados para prejuízo

Subtotal

Total

**Parcelas Vencidas** 

01 a 30	_	620	1.453	240	201	24	953	21	142	3.654	3.122
31 a 60	-	-	-	37	78	-	64	10	1	190	394
Subtotal	235.349	530.123	186.746	157.811	43.362	5.154	26.243	6.671	15.985	1.207.444	1.108.065
							Operaçõe	es em Curso	Anormal <sup>(a)</sup>	31.12.2018	31.12.2017
	AA	Α	В	С	D	E	F	G	Н	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	_	_	_	_	708	989	5.302	21.437	32.152	60.588	47.053
01 a 30	-	-	-	-	43	33	20	368	577	1.041	848
31 a 60	_	_	_	_	43	33	89	368	576	1.109	862
61 a 90	_	-	_	-	43	39	87	368	577	1.114	821
91 a 180	_	_	_	_	129	100	260	1.112	1.522	3.123	2.481
181 a 360	_	_	_	_	155	182	520	2.224	3.427	6.508	4.984
Acima de 360	_	-	_	_	295	602	4.326	16.997	25.473	47.693	37.057
Parcelas Vencidas	-	-	-	-	131	129	326	2.832	6.768	10.186	5.496
01 a 30	_	_	_	_	48	36	20	328	577	1.009	876
31 a 60	_	-	_	-	50	41	72	330	578	1.071	1.376
61 a 90	_	-	_	-	33	41	102	344	575	1.095	881
91 a 180	-	-	-	-	-	11	132	1.231	1.712	3.086	1.516
181 a 360	_	_	_	_	_	_	_	599	2.933	3.532	816

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

			31.12.2018			31.12.2017
Nível de Risco	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor (	das Operações	Provisão
AA	_	235.349	_		575.357	, _
A	0,5	530.122	(2.651)		151.801	(759)
В	1,0	186.746	(1.867)		172.500	(1.725)
C	3,0	157.811	(4.734)		137.156	(4.115)
D	10,0	44.201	(4.420)		37.061	(3.706)
E	30,0	6.272	(1.882)		21.744	(6.523)
F	50,0	31.872	(15.936)		23.740	(11.870)
G	70,0	30.940	(21.658)		15.438	(10.807)
Н	100,0	54.905	(54.905)		25.817	(25.817)
Total		1.278.218	(108.053)		1.160.614	(65.322)
f) Movimentaçã	io da provisão	para créditos de liquio	dação duvid	osa		
			2° Semestre	e/2018	31.12.2018	31.12.2017
Saldo Inicial				91.296	65.322	66.115
Créditos baixado	s para prejuízo		(1	6.914)	(21.251)	(24.150)
Provisão constitu	ída			33.671	63.982	23.357
Saldo Final			1	08.053	108.053	65.322

O Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

·					
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação		Custo líquido Depreciação
				31/12/2018	31/12/2017
Imóveis de Uso:					
- Terrenos	-	11.600	-	11.600	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(1.247)	18.914	19.336
Outras Imobilizações de Uso:					
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.337	(764)	573	677
Sistema de Processamento de Dados	20%	109	(72)	37	69
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	153	(104)	49	67
Instalações	10%	117	(60)	57	67
Total em 31/12/2018		33.477	(2.247)	31.230	_
Total em 31/12/2017		33.448	(1.632)	-	31.816
b) Intangível					
		Custo	Amortização		Custo líquido Amortização
				31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis:					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo

		2° semestre		
	Nota	de 2018	2018	2017
uxo de caixa das atividades operacionais				
ucro antes do imposto de renda, contribuição social				
e participações		8.273	13.527	66.326
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações		32.533	64.384	21.917
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		33.671	63.982	23.357
Depreciação e amortização		411	858	914
Provisão para desvalorização de títulos livres		(1.606)	(1.165)	(2.604)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		_	(39)	39
Provisão para passivos contingentes		57	748	211
ucro ajustado antes dos impostos e participações		40.806	77.911	88.243
/ariação ativo/passivo		(42.143)		
(Aumento)/redução em TVM		(72.811)	(93.584)	(65.913)
(Aumento)/redução operações de crédito			(138.855)	(39.171)
(Aumento)/redução outros créditos		(3.519)	(11.006)	8.592
(Aumento)/redução outros valores e bens		(54)	(1.413)	(7.466)
Aumento/(redução) depósitos			1	14
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		77.260	112.061	90.487
Aumento/(redução) outras obrigações		57.483	82.852	9.528
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.055)		(19.774)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.337)	20.118	64.540
uxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(19)	(30)	(82)
Aplicações no intangível		_	(2)	_
Caixa líquido das atividades de investimentos		(19)	(32)	(82)
uxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos de exercício anterior		-	(1.279)	(13.690)
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		_	(3.033)	(13.372)
Juros sobre o capital próprio pagos	10	(1.436)	(1.436)	(8.063)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(1.436)		
umento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caix	a	(2.792)	14.338	29.333
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício		79.920	62.790	33.457
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício	4	77.128	77.128	62.790
<u>umento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caix</u>	a	(2.792)	14.338	29.333

8 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais 31.12.2018

8.744 42.503 52.872

1 394 7 037 10 571

0-30 31-180 181-360 Acima de 360

Αu

BACEN Resolução CMN

31.12.2018 31.12.2017

3.566/08

3.604/08

3.750/09

3.989/11

3.973/11

3.823/09

4.424/15

62.790

31.12.2017

1.525

335.603

31.12.2017

Valor Atualizado/ Contábil

14.168

5.420

4.593

46.262

**Total** 

99.204

31.12.2017

29.591

13.688

127.638

**23%** 22%

48%

22%

6%

1%

100%

31.12.2017

25.606

35.274

22.631

68.803

129.366

3.516

Total da Carteira 1.104.549

Água, energia e gás

Serviços do sistema financeiro

Reversão de Provisões Operacionais

Contribuições filantrópicas

Materiais de Escritório

Viagens no exterior

Viagem no país

Seguros

Total

52.549 1.160.614

3.136

3.136

(2.008)

(1.766)

3.376

3.376

Capital Integra-

15.840

7.880

34.899

Curto Longo

31.12.2018

27.950

138.267

 cipação
 31.12.2017
 Parti

 20%
 261.468

 20%
 258.289

899.146

555.114

259.325

70.441

14.143

1.160.614

prazo

Subscrito

10.000

10.000

6.453 10.000 4.113

57.000

prazo

Total

78.059 102.334 180.393 53.597 45.607 72 66 138 74 132

85.698 139.724 225.422 83.370 166.320 249.690

330.761 947.457 1.278.218 300.688 859.926 1.160.614

(32.973) (75.080) (108.053) (20.442) (44.880) (65.322)

297.788 872.377 1.170.165 280.246 815.046 1.065.292

15.211

2.807

74.477

48%

10%

100%

Total da Carteira 1.203.600

31.12.2018

27.023

23.851

23.332

82.494

147.137

899.763 **3.844** 

1%

Longo prazo

OUTRAS INSTITUIÇÕES

OFICIAIS	1.334	7.037	10.571	110.400	137.402	22,44	50.574	10,19
FINAME	1.624	6.944	7.429	43.844	59.841	9,77	93.728	18,74
Total	11.762	56.484	70.872	473.158	612.276	100,00 5	00.215	100,00
9 - Outras obrigações								
a) Sociais e estatutárias								
						31.12.2018	<u>8</u> 31.1	2.2017
Juros sobre o capital próprio	)					28.006	6	19.068
Participação nos lucros						1.432	2	1.899
Total						29.438	8	20.967
b) Fiscais e previdenciária	ıs							
					3	31.12.2018	8 31.1	2.2017
Impostos e contribuições so	bre salário	os				2.25	5	2.289
Contribuição Social						289	9	860
Imposto de Renda							_	554
Impostos e contribuições di	feridos					909	9	455
COFINS						432	2	383
DIC						7/	0	62

**Total** 

310.914 415.033 67.79 315.513 63.07

118 400 137 402 22 44 90 974 18 19

4.654 4.029 c) Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (a 31.12.2018 31.12.2017 FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo 23.340 Programa Água Limpa Programa Frota Nova Município Programa Incentivo ao Investimento Esportivo 14.374 13.804 4.174 Programa Renova SP 30.032 105.542

parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento, e pelo Ministério do Turismo, para a concessão de operações de crédito. d) Outras Obrigações - Diversas 31.12.2018 31.12.2017

Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo, para subsidiar os juros de

<b>0 - Património líquido ) Capital social</b> ) capital social de R\$ 1.016.035 está representado por 1.000.000.000 de açõe	s ordinárias de cl	asse única
otal	8.490	8.141
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	71	68
Credores diversos	116	151
rovisão para Passivos Contingentes	1.511	763
rovisões para despesas administrativas	1.137	1.166
rovisões para despesas de pessoal	2.969	2.925

Em 17 de abril de 2018, a Assembleia Geral autorizou o aumento do capital social, no montante de R\$ pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do balanço. Em 31 de dezembro de

16.035, relativos aos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas, no exercício de 2017

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Conforme disposto no artigo 35 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25%

(vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. 31.12.2018 31.12.2017

–) Reserva Legal	(737)	(2.336)
Base de Cálculo Ajustada	13.999	44.386
uros sobre o capital próprio	29.442	27.131
teserva de lucros	_	17.255
ara elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são de apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular BACEN nº 2.739, <b>) Reserva legal</b>	de 19 de feverei	ro de 1997
reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20	1% do capital so	rial

d) Lucro por ação 2° Semestre/2018 31.12.2018 Lucro líquido do período 

Lucro por ação (R\$)	0,01343	0,01474	0,04672
11 - Desdobramento das contas de resultado a) Receitas de Prestação de Serviços			
	2° Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Administração de Fundos de Desenvolvimento	3.803	6.686	3.527
b) Despesas de pessoal			
	2° Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017
Proventos	(9.807)	(19.559)	(18.648)
Encargos sociais	(3.761)	(7.584)	(7.392)
Benefícios	(3.439)	(6.590)	(6.123)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.592)	(2.797)	(2.831)

(141)

(102)

(104)

(103)

(144)

(33)

(8.651)

320

(212)

(199)

(199)

(164)

(83)

394

(219)

(219)

(170)

(180)

(94)

(41)

(5)

299 940

Estagiários Total c) Outras despesas administrativas 2° Semestre/2018 31.12.2018 31.12.2017 Servicos técnicos especializados (1.574) (3.093) Processamentos de dados (3.109)(1.112)(3.033)Propaganda e publicidade (2.627)Patrocínios e relações públicas<sup>(a)</sup> Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.) (840)(1.772)(1.739)(1.137)(718)Manutenção e conservação de bens (476)(801)(646)Transporte Depreciação (290)(616)(672)Serviços de terceiros Vigilância e segurança (341) (589) (285) Publicações (462)(291)Comunicaçõe Amortização (121)(242)(242)

Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo. d) Despesas tributárias 2° Semestre/2018 31.12.2018 31.12.2017

Contribuição ao COFINS (2.170) (2.170) IPTU

Contribuição ao PIS	(459)	(856)	(860)
ISSON	(236)	(425)	(295)
ITBI	_	(21)	(164)
Outras	_	(4)	(4)
Total	(5.687)	(8.743)	(6.622)
e) Outras receitas operacionais			
	2° Semestre/2018	31.12.2018	31.12.2017

12 - Imposto de renda e contribuição social a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

-se alíquota de 40%, conforme apresentado a seguir:

	2° Semestre/2018		31.	12.2018	31.	12.2017
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	8.273	8.273	13.527	13.527	66.326	66.326
Participação dos empregados	(1.626)	(1.626)	(1.632)	(1.632)	(3.027)	(3.027)
Resultado após a participação dos empregados	6.647	6.647	11.895	11.895	63.299	63.299
Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%.	(1.662)	(1.329)	(2.974)	(2.379)	(15.825)	(12.660)

Ajustes para Cálculo de IR e CSLL: Adições Exclusões 6.029 4.797 10.185 8.111 12.195 9.737 Prorrogação de licença maternidade 125

28 48 Juros sobre capital próprio Imposto de Renda e CSLL 5.426 **(3.400)** 5 639 7 361 5 888 6.783 1.577 (3.392) (2.782) (4.080) 2.073 Ativo fiscal diferido 1.669 1.686 5.953 3.516 (4.207)(4.435)Passivo fiscal diferido (141)(284)(170)Despesa de IR e CSLL 3.601 3.177 2.277 564 (8.571) (8.006) b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-

**Diferenças Temporárias** Provisões para créditos de liquidação duvidosa Provisões para despesas administrativas **31.12.2018**25.859 50.218
437 455 31.12.2017 Baixa 40.531 523 (16.172) (505) Provisões para desvalorização de títulos livres Provisões para passivos contingentes 921 399 455 605 335 295 (25) Diferenca entre as depreciações contábil e fisca 27 34 51.767 Total dos créditos tributários diferidos 42.297 (17.567) 27.037 Diferença entre as depreciações contábil e fiscal Total das obrigações tributárias diferidas

LUZ (11) 3121-5555 uzpublicidade.com.b

5.144

5.142

909 continua —

454

→
☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais) 17 - Integração entre os riscos No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estima

17 - Integração entre os riscos A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental). 18 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço

https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/ , no site da insti-

a. **Estrutura Organizacional:** O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo

de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1). A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à

b. Estrutura de Sistemas: O sistema interno deve abranger todas as fontes relevantes e consistentes de

riscos e deve possibilitar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitiga-ção dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente. A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

2019 2020 2021 2022 2023 Acima de 2023 Total Valor nominal 18.288 8.179 5.969 4.187 3.105 3.257 42.985 O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do

período Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

13 - Transações com partes relacionadas A Instituição tem como acionista majoritário o l	stado de São Paulo	com 99,9	98% das ações		c. Validação de Sistemas: Mensalmente, devem ser realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.
Os custos com o pessoal-chave da Instituição, fo Fiscal e Comitê de Auditoria foram:	rmado pelo Consein	o ae Aam	inistração, Diret	oria, Conseino	19 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revi-
	2º Semes	tre /2018	31.12.2018	31.12.2017	sado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.
Benefícios de Curto Prazo		1.846		3.276	Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital e o Programa de Testes de
Diretoria		1.063	1.820	1.827	Estresse.  a. Risco de Crédito: A gestão do crédito está definida como sendo a implementação e administração dos
Conselho de Administração		374	687	787	princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:
Comitê de Auditoria		243	467	445	• Superintendência de Crédito (Sucre): unidade responsável pela implementação dos procedimentos da e
Conselho Fiscal		166	232	217	Política de Crédito da instituição.
Outros Benefícios de Longo Prazo		141	281	322	<ul> <li>Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), é responsáno</li> </ul>
Diretoria		141	281	322	vel pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associa-
Total		1.987	3.487	3.598	das ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
14 - Contingências					• Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutin): por meio da Gerência de Suporte à Operação
Conforme determinado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com					(Getin.3), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.
os riscos avaliados em provável foram provision					A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito
Natureza	31.12.2017		Constituição		da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito. A gestão do risco
Trabalhista	538	(61)	369	846	de crédito está a cargo da Suric. O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde
Cível	225		440	665	ao valor da parcela RWAcpap, calculada em consonância com a regulamentacão em vigor.
Total	763	(61)	809	1.511	b. Risco Operacional: A estrutura de gerenciamento do risco operacional deve prever, adicionalmente, a
Não são reconhecidos contabilmente os monta possível, cujos valores totais estimados são:	intes envolvidos em	ações cla	ssificadas com	implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS. A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação	
Natureza				31.12.2018	do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria
Trabalhista				618	Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição. O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWAOPAD, conforme metodologia determinada
Cível 878					pelo Bacen. A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.
Total 1.496					c. Risco de Liquidez: Na Desenvolve SP, os procedimentos para o controle de liquidez são realizados diaria-
A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.					mente. O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de
15 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)					Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.
A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo					d. Risco Socioambiental: A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do
Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de ap	licação proporcional	stituições l da regula	autorizadas a 1 ação prudencial	. Desta forma,	ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administra- tivas. O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Desenvolve SP consiste em

Eduardo Tadeu Saggiorato

Trabalhista	538	(61)	369	846
Cível	225	-	440	665
Total	763	(61)	809	1.511
Não são reconhecidos contabilmente o possível, cujos valores totais estimados s		ações classifica	das com risco	de perda
Natureza			31	.12.2018
Trabalhista				618
6/ 1				070

a aplicação proporcional da regulação prudencial devé considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco. Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma. A Desenvolvé SP está enquadrada no Segmento 4 (54), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB). 16 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

1. INTRODUÇÃO - 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Audito

ria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e

ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento esta-belecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de

2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Admi-nistração em 29 de janeiro de 2015. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao

Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relaciona-das ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da

instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na in-dicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria

atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas men-

salmente ao comitê, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de compliance e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras do exercício (semestral e anual) e, com a Auditoria latoran para una priso do presente para de conclusões references do exercício se reference do para de conclusões references do exercício se reference do para de conclusões references do para una prisona de conclusões references do para de conclusões references do para de conclusões references do para de conclusões de

a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalnos e para formecer omentações tectinos demandadas.

13. Composição: O Comité de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo. Cabe observar que, em 14/01/2019, o 5r. Carlos Eduardo Sampaio Lofrano renunciou ao seu cargo de membro do Comitê de Auditoria, e, a partir desta data, este Comitê realiza suas reuniões, excepcionalmente cargo de cargo de

te, com a presença de dois membros, até que seja eleito o novo membro pelos órgãos competentes.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO - Até 2016, o presente relatório contemplava informações de

um período anual coincidente ao ano fiscal, porém, considerando que as atividades anuais do Comitê de Auditoria se encerram na aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior, que normalmente corre até março do ano subsequente, este Comitê decidiu que o seu relatório deve incluir atividades até essa data. Os relatórios deste Comitê de Auditoria contemplam a seguinte periodicidade: • Relatório Semestral: inicio na 1º reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras do 1º semestre encerrado no exercício social subsequente. • Relatório Anual: inicio na 1º reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social subsequente. • Relatório Anual: inicio na 1º reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social de exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social social de exercício social social de exercício social social de exercício social

anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social subsequente. O Comitê de Auditoria reuniu-se 15 (quinze) vezes entre março de 2018 a fevereiro de 2019, realizando 85 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações

uditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desen-volve SP e os níveis de apetite por esses riscos. Os níveis de risco que a instituição está disposta a assumir estão em linha com seus objetivos estratégicos e

com seu escopo de atuação

**DIRETORIA COLEGIADA** 

Joaquim Elói Cirne de Toledo

Pedro Leitão Magyar Diretor Administrativo, de Projetos e Processos

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2018

de melhorias nos processos à administração da Agência. Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Dire

uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, con

tratações administrativas, avalíação de garantias e renegociações. **e. Risco de Mercado:** A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever sistemas que consi-

derem todas as fontes significativas desse risco e utilizem dados confiáveis de mercado, tanto internos

quanto externos. Segundo a Política de Investimentos da instituição, a gestão dos recursos da tesouraria tem perfil conservador, não se expondo em demasia a riscos. Desta forma, considerando que a carteira da insti-

tuição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação, consideramos o Risco de Variação das Taxas de

Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB) como um risco não relevante

tores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. As atas das reuniões, expres

sando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselhc de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Audi toria, emitidos em bases semestrais e anuais. As versões resumidas dos relatórios acompanham as demons trações financeiras publicadas e tais documentos permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). **3. RECOMENDA**auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). **3. RECOMENDA**: **ÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO -** O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de geren-ciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluinavaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas administração da instituição. **4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES** pela administração da instituição. **4. AVALIAÇÃO DA FELIVIDADE 100 CONTRADOS** - A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da aceita de la controles internos de responsável por afeirir o arau de atendimento ou observância, por todas as instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o gráu de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em confor midade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor. A firma BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Con sidera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e

corporativas. 5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA IN-**TERNA -** O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volu me e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, háo foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades

realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em de Comité a existencia de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em de-corrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avalia-ções dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações finan-ceiras elaboradas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. 6. AVALIAÇÃO DA QUALIDA-DE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. O comitê de Auditoria reunius-se com cos responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimen-Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimen tos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício socia tos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercicio socialidades findo em 31 de dezembro de 2018, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações com a apresentação das demonstrações financeiras. O Comite de Auditoria vernicou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen. **7. CONCLUSÕES** - Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, Compliance e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo mogitoramento corporativo dos controles internos, riscos e compliance, prodezada as li-

**CONTADOR** 

Lucivaldo Pereira Lima CRC 1SP258038/O-1

PR compatível com os riscos assumidos pela instituição. Não há alocação de capital para o IRRBB. No entan to, o valor do IRRBB é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para

f. Gerenciamento de Capital: A estrutura de gerenciamento de capital deve possibilitar a avaliação da

necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. A Diretoria Colegiada e o

Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que deve ser consistente com o planejamento

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição, e o

A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, rela-tórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

O CMN, por mejo do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que nortejam os cálcu-

los para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III. Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é

507.077

1.057.077

1.057.077

550.000

1.425.324

253.907

1.679.232

222.308 **31.486** 

329.050

169.523

847.615 30,20%

31.230

efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen. A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabel

estratégico da instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

mentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo: ADEQUAÇÃO DE CAPITAL - POSIÇÃO EM 31/12/2018

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR II)

SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

**PATRIMONIO DE REFERÊNCIA (PR) PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA** PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO

PARCELA RBAN - risco de taxas de juros das operações não classificadas

margem ou insuficiência do limite de imobiliz*a* 

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 1.875%)

PARCELA RWAGRAD - requerimento de capital referente ao risco de crédito-abordagem padronizada

PARCELA RWAMPAD - requerimento de capital referente ao risco de mercado.

RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWACPAD + RWAMPAD + RWAOPAD)

MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A RBAN E ACP (BANCO CENTRAL)

MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO O RBAN E ACP (DESENVOLVE SP)

POSSIBILIDADE DE ALAVANCAGEM (DESENVOLVE SP) ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8,625%; mínimo DSP = 20%)

EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

CAPITAL PRINCIPAL

abordagem padronizada

ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)

**IRRBB** 

22 - Limites Operacionais

das, elaboradas para o exercicio social fir **São Paulo, 25 de fevereiro de 2019 Francisco Vidal Luna** Presidente Comitê de Auditoria **Jerônimo Antunes** Membro Comitê de Auditoria

responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e compliance, ponderadas as li-mitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das

# PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

OS Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação. para aprovação. São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

Tomás Bruginski de Paula Presidente
Alberto Pereira Gomes Amorim
Conselheiro Alencar Severino Costa Conselheiro

Álvaro Sedlacek

Jairo Klepacz

Francisco Vidal Luna

Marcos Akamine Wolff Lídia Goldenstein Roberto Brás Matos Macedo Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social de 2018, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação. São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

Fernanda Montenegro de Menezes Rizek João Alberto Rodrigues dos Santos

Nanci Cortazzo Mendes Galuzio Rubens Peruzin

elaboradas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo** S.A., São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principa políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenvolve SP** em 31 de dezembro de 2018, o aspectos relevantes, a posição patrimonia e financeira da **Desenvolve Sr** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Desenvolve SP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre esses ademonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, as deponstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa o propostante de PS nstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 18.053 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMM), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da **Desenvolve SP.** Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa na provisão para crédito de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto à estimativa na provisão para crédito de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria. Resposta da auditoria ao assunto: Nós avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles chaves e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações de de crédito (de AA a H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Créditos tributários: Conforme Nota Explicativa nº 12. foram constituídos, créditos rieditos consideramos aceitamos consideramos consideramos constituídos créditos conformes Nota Explicativa nº 12. foram constituídos créditos rieditos tomadas em conjunto. **Créditos tributários:** Conforme Nota Explicativa nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 51.767 mil, que tomaram como base estudo de

projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assuntos significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto: Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas como a suillo de cossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) Nossos procedimentos incluiram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações** contábeis e o relatório do auditor: A doministração da **Desenvolve SP** é responsável por essas outras informações que acompreendem o Relatório da Administração a **Desenvolve SP** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração e responsável pela avaliação da capacidade de a **Desenvolve SP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração da **Desenvolve SP** são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em CRC 2 SP 013846/O-1 conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorcões podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ◆ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Desenvolve SP; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
 Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Desenvolve SP.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de osso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Desenvolve SP** a não mais em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamonos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

Paulo Sérgio Barbosa relatório de auditoria contendo nossa opinião. Seguranca razoável é um alto nível de seguranca, mas não Contador - CRC 1 SP 120359/O-8

> LUZ (11) 3121-5555 zpublicidade.com.b